Revista IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Povos Indígenas e Conflitos Socioambientais: os Impactos das Grandes Obras em Pernambuco

Caroline Farias Leal Mendonça[1]

Heloisa Eneida Cavalcante[2]

Lara Erendira Almeida de Andrade[3]

Manuela Schillaci[4]

Resumo

Desde o primeiro Governo Lula temos assistido no Brasil à afirmação de um modelo de desenvolvimento marcado pela construção de grandes obras, exemplo das barragens, hidrelétricas ou a transposição de rios. A construção destas obras é marcada pela sistemática violação dos direitos coletivos das comunidades tradicionais impactadas, bem como pelo desrespeito à legislação nacional e convenções internacionais. Neste processo, o movimento indígena tem se colocado como um dos principais contestadores deste modelo de desenvolvimento, e vem denunciando à sociedade nacional e internacional o cenário de violação dos direitos constituídos e de graves conflitos sócio-ambientais originados. Este arti-

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, carolinefariasleal@gmail.com.

[2] Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da UFPE, heloisaecavalcante@gmail.com.

[3] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB, laraerendira@yahoo.com.br.

[4] Formada em Ciências e Técnicas da Interculturalidade pela Faculdade de Letras e Filosofia, Universidade dos Estudos de Trieste, Itália (nivel ISCED 5A), ilynks@yahoo.it.

go é resultado de um projeto de pesquisa e formação desenvolvido com as mulheres indígenas em Pernambuco, entre 2011 e 2012, sendo esta uma sistematização dos resultados da pesquisa sobre os impactos das grandes obras, principalmente da transposição do rio São Francisco e obras anexas. Lançamos olhar tanto para a violação dos direitos indígena dos povos em Pernambuco, como para os direitos humanos das mulheres que pertencem a estes povos.

Palavras-chaves: *grandes obras, conflitos sócio-ambientais, povos indígenas em Pernambuco.*

Abstract

Since the first Lula government in Brazil have witnessed the assertion of a model of development marked by the construction of large works, like dams, hydroelectric or transposition of rivers. The construction of these works is marked by the systematic violation of the collective rights of traditional communities impacted as well as disrespect to national legislation and international conventions. In this process, the indigenous movement has been placed as one of the main challengers of this development model, and have been denouncing to the national and international comunity this scenario of violation of established rights and serious socio-environmental conflicts arising. This article is the result of a research project and training developed with indigenous women in Pernambuco, between 2011 and 2012, which is a systematization of the results of research on the impacts of large works, primarily from the transposition of the São Francisco River and ancillary works. Launched both looking for the violation of the rights of indigenous peoples in Pernambuco, and for the human rights of women belonging to these peoples.

Keywords: *great works, socio-environmental conflicts, indigenous peoples in Pernambuco.*

Pernambuco é historicamente uma das primeiras regiões a serem colonizadas, mesmo assim, registra a quarta maior população indígena do país, totalizando 53.284 indivíduos divididos entre 12 povos, localizados nas regiões do agreste e sertão (IBGE, 2010). A história desses

povos pode ser observada e compreendida a partir do processo de resistência indígena no período colonial, contra a invasão dos portugueses – e também dos holandeses – na faixa litorânea para a exploração do solo e da mão de obra dos povos originários para o cultivo da cana-de-açúcar, e, posteriormente, contra a exploração do sertão, onde os colonizadores se colocaram atrás do ouro, do salitre, e de grandes porções de terras para a criação do gado.

O desenvolvimento do capitalismo colonial se deu a partir da exploração do trabalho dos/as indígenas, dos negros e negras, da usurpação da terra e das riquezas naturais. Males que perduram até os dias atuais, com contornos diferenciados, atualizados, mas tendo o mesmo conteúdo: machista, racista e eurocêntrico.

A partir do século XX, os povos indígenas em Pernambuco surgem no cenário nacional reivindicando seus direitos territoriais ao Estado brasileiro (OLIVEIRA, 1999). Entre os vários movimentos políticos e rituais para a reconquista de seus territórios tradicionais destacam-se a participação na Assembleia Nacional Constituinte[5] de 1987/88 e a luta pela *retomada* de suas terras (LACERDA, 2008; NEVES, 2003).

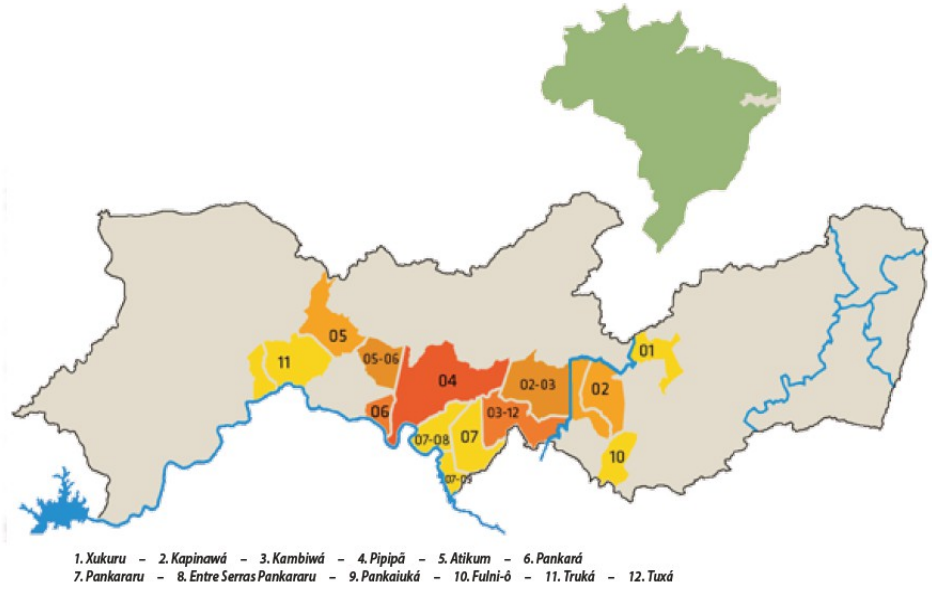
[5] A mobilização dos povos e das organizações indígenas no processo da constituinte é um marco importante porque representa uma mudança de paradigma na relação entre o Estado Brasileiro e os povos indígenas. Do modelo assimilacionista, que visava a integração dos índios à sociedade nacional e seu desaparecimento enquanto tais, passa-se ao pleno reconhecimento do direito dos povos indígenas a permanecer como índios, com formas próprias de organização social, línguas, crenças e tradições bem como o direito originário sobre seus territórios tradicionais. Os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 representam o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas no Brasil.

Tabela 1 - População Indígena e Localização no Estado de Pernambuco

Povo	População	Localização
Kapinawá	3.283	Buíque, Tupanatinga e Ibimirim
Xukuru	12.000	Pesqueira
Fulni-ô	4.260	Águas Belas
Tuxá	261	Inajá
Kambiwá	2.911	Ibimirim e Inajá
Pipipã	1.195	Floresta
Pankararu	5.500	Petrolândia, Tacaratu e Jatobá
Pankararu Entre Serras	1.500	Petrolândia
Pancaiuká	150	Jatobá
Atikum	4.631	Carnaubeira da Penha e Salgueiro
Pankará	5.000 e 300	Carnaubeira da Penha e Itacuruba
Truká	5.986 e 250	Cabrobó e Orocó

Mapa 1- Municípios com a presença de povos indígenas

(Fonte: ANDRADE; CAVALCENTE; MENDONÇA, 2012, p. 8)



As mulheres indígenas tiveram um papel fundamental como líderes religiosas e políticas nesse movimento de *retomada*. Detentoras de saberes ancestrais, elas têm tido grande influência na condução tanto do movimento indígena, como das lutas específicas de seus povos. Participam ativamente nas duas principais organizações indígenas no estado: a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Comissão de Professores Indígenas em Pernambuco (COPIPE).

Mulheres pertencentes aos doze povos iniciaram seu processo de mobilização coletiva mais recente, no formato de "movimento de mulheres indígenas", acionadas pelo próprio movimento indígena por intermédio da APOINME. Elas passam a ter cada vez mais presença pública, demandas e reivindicações próprias (ALMEIDA, 2008).

Diante de tal conjuntura foi criado o departamento de mulheres na APOINME, o que ampliou a mobilização das mulheres nos diversos povos, o apoio político-institucional às formas de organização e ao protagonismo[6] dessas líderes e, consequentemente, sua articulação com o movimento de mulheres.

Como afirma a antropóloga Rita Segato, as mulheres de todo mundo, de todas as culturas, se associam por compartilharem de uma história de sofrimento, como a violência, reconhecendo-se e construindo uma identidade comum, apesar das imensas diferenças (SEGATO,

[6] A partir da década de 70, as organizações indigenistas e de apoio a causa indígena incentivaram a criação do movimento indígena a nível nacional e regional e suas organizações, porém, foram as vezes acusadas de paternalismo e atitude tutelar em relação aos índios. Atualmente as organizações indigenistas, entidades religiosas e ONGs continuam atuando em prol da causa, em diálogo e articulação com as organizações e o movimento indígena para melhor efetivação do protagonismo indígena. Os povos indígenas do Brasil vem reivindicando e efetivando seu protagonismo, rompendo com o modelo tutelar e integracionista estatal e se afirmando enquanto povos e comunidades com direito de se autorepresentar.

2003). Com esse desejo de compartilhar suas lutas, histórias, projetos e desejos, o movimento de mulheres indígenas de Pernambuco desencadeia um processo de articulação e organização entre os povos, processo que proporciona a realização de vários encontros estaduais e locais.

É no contexto destes encontros que foi desenvolvida a pesquisa que dá origem a este artigo. Neles são debatidas as demandas relacionadas ao cotidiano das mulheres indígenas, assuntos pautados pelo movimento de mulheres em geral ou ainda pelo movimento indígena, como a defesa de direitos fundamentais.

Para pensar no direito das mulheres indígenas é necessário considerar que, por um lado, elas são parte de povos originários e, por outro, fazem parte também do contingente de mulheres da nação. Importante destacar que os direitos humanos servem a essas mulheres nos dois campos em que elas atuam: para sustentar suas reivindicações enquanto grupo étnico e para ampará-las enquanto sujeitos de direito na sociedade nacional.

Ao longo desses anos temos observado as várias dimensões da vida que são desempenhadas em cada povo por homens e mulheres. Grande parte das mulheres ocupa em suas aldeias espaços domésticos, do plantio, do artesanato, do ritual, entre outros. Algumas dessas mulheres indígenas chegam a ocupar espaços de maior "visibilidade" política, quase sempre reservados aos homens, como o cacicado. Entretanto, o espaço doméstico e comunitário são espaços políticos importantes, decisórios nas aldeias, que convivem com os demais espaços de poder na comunidade e fora dela.

Apesar dos avanços no protagonismo da mulher na luta política do movimento indígena de Pernambuco, a dominação e a subordinação ainda predominam. Esse é um desafio a ser enfrentado não apenas pelo

movimento de mulheres indígenas, mas por cada povo em particular, especialmente se consideramos a dinamicidade das culturas. Ou seja, se a cultura é modificada nas relações que se estabelecem historicamente, não é possível afirmar que o espaço da mulher sempre foi de subalternidade em relação aos homens e que isso deverá permanecer.

O diálogo entre culturas diversas poderá suscitar transformações na vida da comunidade que conduzam ao reconhecimento da importância da mulher na vida política dos povos indígenas. Segato (2003) afirma que as mulheres indígenas enfrentam o desafio entre manter a lealdade a seu povo e reclamar direitos individuais.

Se reclamam seus direitos baseados na ordem individualista, elas parecem ameaçar a permanência dos direitos coletivos nos quais se assentam o direito comunitário à terra e à divisão do trabalho tradicional na unidade doméstica como base da sobrevivência (SEGATO, 2002, p.11).

A pesquisa desenvolvida se insere dentro do trabalho da equipe que assina este artigo e que tem buscado compreender e sistematizar o processo de mobilização das mulheres indígenas em Pernambuco, a partir do trabalho de acompanhamento das lutas e do cotidiano político, religioso e socioeconômico dos povos desde 1995.

Entre os anos de 2011 e 2012 estivemos junto às mulheres indígenas de Pernambuco desenvolvendo um projeto de formação e pesquisa, financiado pela ONU Mulheres e desenvolvida pelo Centro de Cultura Luiz Freire. Neste processo foram realizados encontros com as mulheres indígenas dos 12 povos do estado de Pernambuco e também em cada comunidade.

Neste contexto as temáticas eram diversas e tratavam principalmente das consecutivas formas de violência às quais mulheres indígenas e os povos são submetidos. Os principais temas abordados foram: a

violência praticada por agentes do Estado e fazendeiros; a violência doméstica, o alcoolismo e a Lei Maria da Penha; as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e seus impactos; a questão da sobreposição de unidades de conservação da natureza e terras indígenas.

Como resultado desta pesquisa foi elaborada uma cartilha escrita por mulheres indígenas e indigenistas. Este artigo busca retratar as dimensões dos impactos dos grandes empreendimentos em seus territórios, em suas comunidades e em suas vidas, temas estes abordados pelas indígenas. Iremos nos deter especificamente na discussão sobre as grandes obras e seus impactos, lançando olhar tanto para a violação dos direitos coletivos dos povos indígenas em Pernambuco, como para os direitos humanos das mulheres que constituem estes povos.

I. As grandes obras e os impactos nos territórios e comunidades indígenas em Pernambuco

Entre as questões que mobilizaram as mulheres indígenas ao longo destes anos se destaca a temática das grandes obras e seus impactos. Para esta explanação optamos por colocar em diálogo os relatos apresentados pelas indígenas e alguns dados que ilustrarão o contexto no qual estas obras estão inseridas, dando assim uma dimensão concreta à questão.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o PAC é a ação do governo brasileiro responsável pelo maior número dessas "grandes obras". Ele conta hoje com aproximadamente 450 projetos, dos quais, cerca de 100 impactam de forma direta e indireta os territórios indígenas em todo o país. Os impactos denunciados pelo movimento

são inúmeros, desde a degradação de seus territórios tradicionais, até a não regularização fundiária de terras indígenas.

Na região Nordeste, Pernambuco é um dos principais estados afetado pelo processo de construção das grandes obras. As de maior porte são a Transposição do Rio São Francisco, a Ferrovia Transnordestina, as barragens de Pedra Branca e Riacho Seco, a Usina Nuclear. A seguir trataremos das obras que estão afetando diretamente a vida das mulheres indígenas em Pernambuco, as terras indígenas e o convívio comunitário nos seus povos.

O rio São Francisco, com seus mais de 2.800 km de extensão, atravessa um território ocupado há mais de 9 mil anos. Sua nascente está localizada na Serra da Canastra no estado de Minas Gerais, ele passa pelos estados de Bahia e Pernambuco e deságua entre Alagoas e Sergipe, sendo assim o maior rio inteiramente brasileiro. Na bacia do Rio São Francisco estão distribuídos 32 povos indígenas que ocupam 38 territórios tradicionais: Kaxagó, Kariri-Xocó, Tingui-Botó, Akonã, Karapotó, Xocó, Katokin, Koiupanká, Karuazu, Kalankó, Pankararu, Fulniô, Xukuru-Kariri, Pankaiuká, Tuxá, Pipipã, Kambiwá, Kapinawá, Xukuru, Pankará, Tupan, Truká, Pankararé, Kantaruré, Atikum, Tumbalalá, Pankaru, Kiriri, Xacriabá, Kaxixó e Pataxó. A população estimada é de cerca de 72 mil indígenas (MARQUES, 2006).

A obra de Transposição das Águas do Rio São Francisco é um projeto desenvolvido pelo governo brasileiro, denominado de Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O projeto prevê a construção de cerca de 600 quilômetros de canais em concreto, divididos em eixo norte e eixo leste, que servirão para o desvio das águas do São Francisco. O ponto de chegada do eixo norte será no CIPP – Complexo Industrial e Portuário de Pecém – no estado do Ceará, localizado a uma distância de cerca de 1.200 Km do ponto

de captação das águas; o eixo leste levará a água na Paraíba, a cerca de 500 Km do ponto de captação. A complexa obra inclui a construção de mais duas barragens hidrelétricas (UHE Pedra Branca e UHE Riacho Seco), 8 túneis subterrâneos e 9 estações de bombeamento e para ultrapassar os relevos naturais, sendo assim a maior obra de infraestrutura do PAC.

O projeto, aprovado em 2005, é contestado por diversos setores da sociedade civil, desde técnicos especialistas na questão hídrica do semiárido brasileiro, até as populações que serão diretamente afetadas pelo projeto, entre elas os povos indígenas.

O governo investe em forte propaganda criando a ideia de que o projeto visa "levar água para quem tem sede" e apontam cerca de 12 milhões de beneficiados. Porém, os técnicos demonstram que estes números não são reais, e que apenas cerca de 5,7 milhões de pessoas poderão ter acesso a esta água para consumo humano, uso animal e agricultura familiar, sendo que a água será principalmente destinada ao agronegócio, complexos industriais em portos e turismo (SUASSUNA, 2007a).

Esse número vem sendo questionado, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União. Não podia ser diferente: conforme estatísticas da SUDENE (2003), os estados do Nordeste Setentrional (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) possuem uma população estimada em cerca de 21,5 milhões de pessoas, sendo 10,3 milhões residentes em região semi-árida, com sérios problemas de abastecimento. Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, o Projeto de Transposição atende a menos de 20% da área do Semi-árido e 44% de sua população continuarão sem acesso ao precioso líquido. Isto significa dizer que apenas 5,7 milhões de pessoas dos quatro estados é que serão beneficiadas,

portanto, muito diferente daquele anunciado pelo projeto, de 12 milhões de pessoas. (SUASSUNA, 2007a)

De fato, o texto do projeto divulgado pelo próprio governo afirma que apenas 4% das águas transpostas serão destinadas à chamada população difusa da caatinga, 26% serão para uso urbano e industrial e 70% para projetos de irrigação (MI, 2009). Segundo o Ministério da Integração Nacional, a estimativa do custo da água do eixo leste, onde serão construídas 5 estações de bombeamento para elevar a água a uma altura aproximada de 300 metros, será de 0,13 R$ por metro cúbico, se tornando inacessível para a população sertaneja (SALOMON, 2011).

As indígenas que moram nos povos afetados já estão bem conscientes deste contexto, como ilustrado abaixo na fala de uma professora Truká

> A gente sabe quem vai ser beneficiado pela transposição não vai ser os pequenos agricultores, e sim os latifundiários. Quando a água chegar, os humildes não vão ter condições de pagar pela água. Lá em Petrolina, naqueles projetos Nilo Coelho, Bebedouro (que são vilas produtivas irrigadas), muitos agricultores venderam os lotes, porque não tinham condições de pagar pela água. Eu duvido que essa água passe no pé da porta dos humildes. (Professora Sônia Truká / CIMI, 2011, p. 44)

Além dos altos custos da água, os gastos com as obras estão alcançando valores astronômicos, sendo a transposição orçada atualmente em R$ 8,2 bilhões e com previsão de ulteriores aumentos (LINS, 2013).

A Agência Nacional das Águas (ANA, 2006) no Atlas Nordeste sistematiza uma proposta para garantir a oferta de água aos municípios do Nordeste e Norte de Minas que, com investimento inferior ao da

transposição e maior número de beneficiários, garantiria a infra-estrutura hídrica para abastecer a região. Abaixo elaboramos uma tabela que compara os dados do projeto de transposição com a proposta do Atlas do Nordeste:

TABELA 2 – Dados do projeto de transposição comparados com dados do Atlas Nordeste da ANA

TRANSPOSIÇÃO	ATLAS DO NORDESTE DA ANA
Tem finalidade principalmente econômica com apenas **4%** das águas para o **consumo humano** da população rural difusa	Visa diretamente o **abastecimento humano (100%)**
Beneficiaria **12 milhões** de nordestinos	Beneficiaria **34 milhões** de nordestinos
Orçamento em **6,6 bilhões** (com previsão de aumento ate **20 bilhões** de reais)	Orçamento de **3,6 bilhões** de reais
Beneficiaria **4 estados** (PB, CE, RN, PE)	Beneficiaria **10 estados** (PB, CE, RN, PE, AL, SE, BA, MG, MA, PI)

O Atlas do Nordeste é uma alternativa concreta à transposição e representa a proposta apoiada pelos diversos segmentos da sociedade civil e movimentos populares que defendem a linha de ações de convivência com o semiárido e com a seca, a partir de práticas sustentáveis. Este modelo propõe a implantação de sistemas de captação e armazenamento das águas da chuva e do subsolo, como cisternas, tanques, barragens subterrâneas, pequenos açudes, poços etc., que permitem atender de forma difusa e decentralizada a população do semiárido.

Paralelamente, o rio São Francisco que tem extrema importância econômica, social, cultural, ambiental e espiritual para os indígenas e todos os povos ribeirinhos, precisa ser revitalizado com ações e progra-

mas específicos. Os povos indígenas da região consideram o "Velho Chico pai e mãe das nações indígenas" e são entre os principais defensores da revitalização do rio, bem como detentores de saberes e praticas milenares de convivência com o semiárido.

De fato, o problema não é necessariamente a falta de água no sertão, sendo ele o semiárido mais chuvoso do planeta (ASA, 2013) e tendo um lençol freático muito rico em água. O problema é o acesso à água, devido a concentração dela e da terra nas mãos de uma elite. A água, principalmente distribuída em carros-pipa, mesmo a poucos quilômetros do rio São Francisco, é usada com finalidades políticas e eleitoreiras, reproduzindo ainda hoje as dinâmicas da indústria da seca que caracterizaram o coronelismo assistencialista.

As mulheres indígenas nos apontaram que as maiores prejudicadas com essa concentração da água são elas, afinal, assim como as demais mulheres do contexto rural, elas são as responsáveis pelos usos domésticos da água e percorrem longas distâncias para o abastecimento hídrico da família.

A finalidade da Transposição das Águas do Rio São Francisco, não é a satisfação hídrica da população mas o abastecimento do agronegócio (irrigação, carcinicultura e indústria). Isso demonstra as prioridades que o governo vem definindo, consolidando assim um modelo de desenvolvimento do país que prioriza o investimento no grande capital, aqui representado pela agroindústria e pelo hidronegócio.

Por outro lado, o referido projeto que visa, prioritariamente, a satisfação das necessidades hídricas da população do Semiárido, terminou por não alcançar os seus objetivos, pelo simples fato de o mesmo concentrar terra e água; diminuir a oferta hídrica das populações – pois apenas transfere água de uma bacia para outra, deixando essa água ao ar livre, sujeita à evaporação - e levar água para as grandes represas já abasteci-

das com muita água - suscitando enormes dúvidas com relação à salinização dos solos e ao aumento de desperdícios. Estes aspectos, somados à ausência de uma política que garanta o abastecimento das populações difusas da região, têm resultado em benefícios diretos ao grande capital, principalmente em atividades econômicas do agronegócio (irrigação e carcinicultura) e da indústria. (SUASSUNA, 2007b)

Este modelo de desenvolvimento que prioriza a construção de obras de grande porte é denunciado pelos impactos que causa ao meio ambiente: o desmatamento da caatinga, diminuição da fauna terrestre, inicio ou aceleração do processo de desertificação, erosão e assoreamento, dentre outros. Além disso, o São Francisco é um rio sujeito a intensa exploração para produção energética desde a década de 70, o que causou a modificação do regime fluvial com perda do ciclo da mares fluviais (vazante) que regulavam o sistema de produção agricultura local, desaparecimento da pesca e da biodiversidade aquática. A existência de 7 hidrelétricas e 30 barramentos cuja construção atingiu uma população aproximada de 150.000 pessoas, caracterizam esta área como uma região de imenso passivo socioambiental, ainda não reparado pelo governo brasileiro (TOMAZ, 2009). Desta forma, o projeto é também contestado por sua eficácia técnica, pois os especialistas alegam que o rio São Francisco não teria volumes de água suficientes para o funcionamento da obra, prejudicando assim a vitalidade do próprio rio.

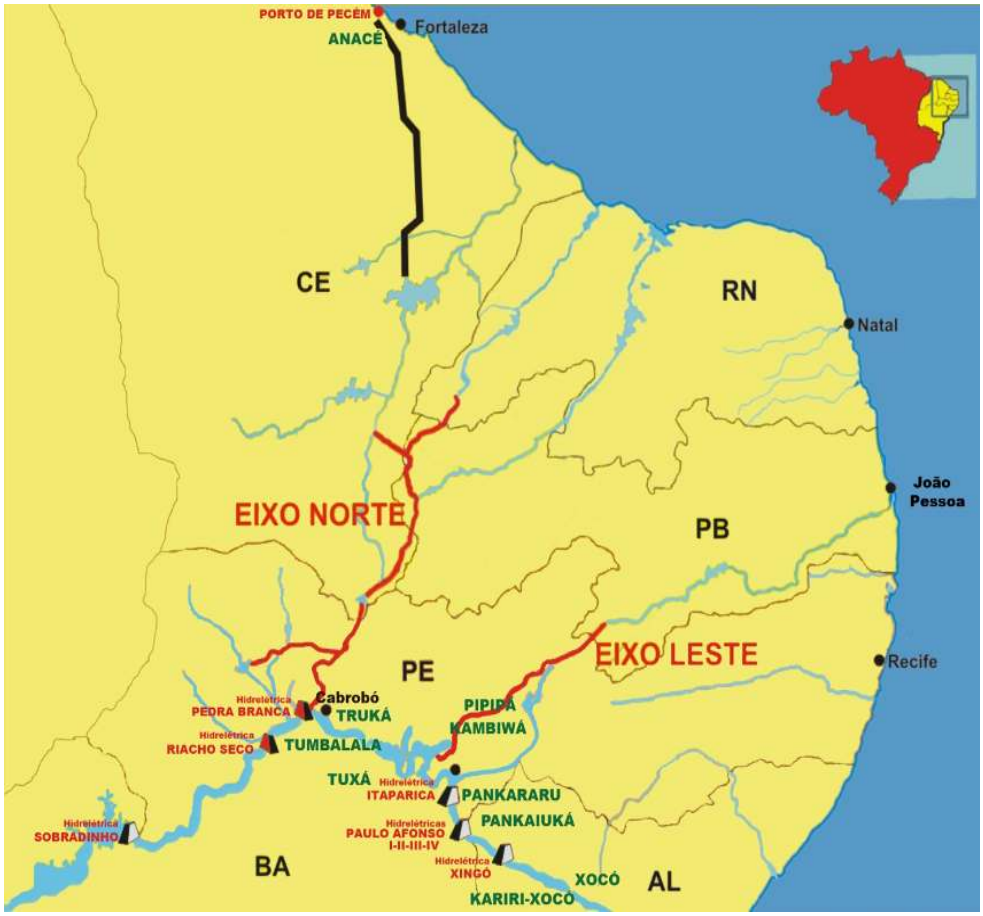
É dentro desse complexo contexto que surgem as diversas denúncias das mulheres indígenas e de seus povos acerca dos impactos das obras em seus territórios e em suas vidas. As mulheres Truká, por exemplo, denunciaram que a obra de construção do ponto de captação do eixo norte da Transposição está situada dentro do território tradicional do povo, nas proximidades do Serrote do Tucurutu, município de Cabrobó. As obras já foram iniciadas e os impactos vivenciados pelo povo:

> A medida em que ele (o governo) vai enrolando os Truká, e o povo sofrendo, ele vai tocando a obra. Colocou um pano quente no processo territorial. A demarcação da terra não é prioridade para o governo [...], o projeto da transposição é grandioso e reconhecer que ele passa pelo território Truká vai ser um impedimento para a obra. (Professora Pretinha Truká / Cimi, 2011, p.42)

As Truká relatam ainda outra área de seu povo que será afetada diretamente pela construção de uma obra anexa a Transposição – a barragem de Pedra Branca. A Ilha da Tapera, território tradicional indígena, que ainda está em processo de regularização fundiária, será completamente inundada para o funcionamento da barragem.

Além das Truká, as Pipipã também relataram que os canais dividem fisicamente seu território ao meio, separando comunidades e famílias.

MAPA 2 - Projeto de Transposição e Barragens com impactos nos territórios indígenas (Mapa adaptado pela equipe Pernambuco do CIMI)



Como podemos observar no mapa, o eixo norte inicia em Pernambuco com seu ponto de captação em território Truká e tem sua chegada no Ceará levando as águas até o CIPP, construído em território tradicional do povo Anacé. O eixo leste atravessa os territórios Pipipã e Kambiwá passando a poucos quilômetros da reserva biológica da Serra Ne-

gra, que tem grande valor simbólico-ritual para estes últimos. Nos casos dos Truká e Pipipã em Pernambuco, Anacé no Ceará e Tumbalalá na Bahia, os territórios indígenas não são demarcados porque os processos de regularização fundiária são sujeitos as pressões dos interesses político-econômicos ligados as grandes obras na região.

A obra de transposição começou em 2007, no primeiro mandato do governo Lula com previsão de conclusão para 2012. De acordo com o Ministério da Integração Nacional a obra avançou apenas de 43% e seu custo dobrou, devido a especulação das construtoras e superfaturamento, atraso da obra e à elaboração do projeto executivo apenas na fase de implementação da obra. O próprio Tribunal de Contas da União (TCU) que já questionou a viabilidade financeira do projeto em 2007, abriu um processo para fiscalizar as construtoras (JORNAL NACIONAL, 2012). Atualmente alguns trechos das obras já concluídos estão em situação de degradação e precisam de reparo, a implementação da obra também está agravando a situação da seca durante o período de uma das mais rígidas estiagem das últimas décadas.

Desde 2011, nestes debates sobre as obras que impactam os povos indígenas outro empreendimento começou a entrar na pauta, a construção de uma usina nuclear no município de Itacuruba, sertão pernambucano.

O plano de investimento em energia atômica do governo brasileiro foi fartamente divulgado nos meios de comunicação em meados de 2011, "em março, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, anunciou o programa nuclear brasileiro e as duas unidades no NE estão garantidas" (VILLELA, 2011). Naquela ocasião o governo brasileiro apenas mencionava os possíveis locais para a construção das usinas nucleares no Nordeste, sendo uma das localidades cotadas o município de Itacuruba. No município estão presentes três quilombos (Ingazeira, Negros de

Gilu e Poço dos Cavalos) e do povo indígena Pankará, porém estes territórios não estão regularizados.

O acidente nuclear ocorrido em Fukushima, no Japão, após um Tsunami no dia 11 março de 2011, gerou uma série de debates internacionais que questionaram a energia nuclear e os riscos de sua produção. Estes acontecimentos acabaram rebatendo na recente divulgação do programa nuclear brasileiro e, consequentemente, os governantes falaram de revisão da construção das usinas nucleares, sendo este um processo ainda em definição. Como no depoimento do governador de Pernambuco Eduardo Campos para o Diário de Pernambuco, poucos dias depois do acidente nuclear

Existem estudos, mas não existe nada definitivo, nem recursos no PPA, nem decisão política da presidente Dilma. Há estudos para a construção de mais 12 usinas nucleares no Brasil, sendo seis no Nordeste, mas o assunto não está na pauta. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/03/2011)

A partir de então, diversas organizações da sociedade civil, povos indígenas, setores das universidades de Pernambuco, Bahia e Alagoas, sindicatos rurais, ambientalistas e pastorais sociais, se organizaram para contestar os planos do governo de investimento em energia nuclear. Em outubro de 2011, estas organizações realizaram a *Caravana Antinuclear* que percorreu os municípios do sertão pernambucano de Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta e Jatobá. A iniciativa tinha como objetivo sensibilizar a opinião publica local sobre os problemas da instalação da usina nuclear. As principais questões levantadas pelo movimento foram o problema do lixo radioativo e os riscos de acidente nuclear. Os movimentos também alertam em relação à possibilidade de paralisação dos processos de regularização fundiária de seus territórios, em razão dos interesses econômicos no município.



Figura 1 - Detalhe de camisa da campanha contra Usina Nuclear

As mobilizações ainda apontaram as alternativas de energia limpa, como a energia solar e eólica. O movimento contestou também a falta de diálogo com a população local sobre os riscos para a saúde e o meio ambiente. Heitor Scalambrini Costa, especialista na temática energética e professor da Universidade Federal de Pernambuco, argumenta que

> O que surpreende é que no Brasil, autoridades do Ministério de Minas e Energia, "lobistas" da área nuclear e membros da academia continuam insistindo no Programa Nuclear, que prevê a construção de Angra III e mais quatro usinas nucleares até 2030. Sendo duas delas no Nordeste brasileiro. Mesmo com ampla maioria da população 79 % se posicionando contra o uso da energia nuclear no país, segundo uma pesquisa de opinião realizada pela BBC, não foi suficiente para convencer o governo federal de rever sua decisão autoritária. No caso da instalação de usinas no Nordeste, um dos locais pré-selecionados foi o município de Itacuruba (481 km de Recife), que teve amplo apoio do governo de Pernambuco que se posicionou publicamente favorável a instalação em seu território desta central, mas após a catástrofe de Fukushima tergiversa sobre o assunto (COSTA, 2013)

Mesmo com ampla maioria da população 79 % se posicionando contra o uso da energia nuclear no país, segundo uma pesquisa de opinião realizada pela BBC, não foi suficiente para convencer o governo federal de rever sua decisão autoritária. No caso da instalação de usinas no Nordeste, um dos locais pré-selecionados foi o município de Itacuruba (481 km de Recife), que teve amplo apoio do governo de Pernambuco que se posicionou publicamente favorável a instalação em seu território desta central, mas após a catástrofe de Fukushima tergiversa sobre o assunto (COSTA, 2013)

Após mais de um ano desta grande polêmica desencadeada pelo acidente nuclear de Fukushima, em agosto de 2012 a presidente Dilma Rousseff sanciona a lei que autoriza a criação de uma lei estatal para desenvolver atividades do Programa Nuclear da Marinha, trazendo novamente a temática na mídia. Um mês antes, em julho, os Pankará denunciaram em matéria para o jornal O Estado de S. Paulo (SALOMON, 2011) a construção de uma estrada no território tradicional reivindicado, infraestrutura que daria acesso ao local de construção da Usina.

Segundo dados do Cimi (2011), caso a Usina Nuclear seja construída e ocorra um acidente nuclear, a região terá 11 municípios afetados. Em Pernambuco atingirá as seguintes cidades: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Itacuruba, Floresta e Petrolândia, nos quais estão situados territórios indígenas, conforme mostramos no quadro.

Mapa 3 - Fonte: Cimi, 2011, p.53



Tabela 3 – Municípios e Povos Indígenas atingidos em caso de acidente nuclear – PE

Município	Povo
Belém do São Francisco	Atikum
Carnaubeira da Penha,	Atikum e Pankará
Itacuruba	Pankará
Floresta	Pipipã e Kambiwá
Petrolândia	Pankararu e Entre Serras Pankararu

Como já citamos anteriormente, os impactos provocados por essas obras são inúmeros e não envolvem somente o meio ambiente, a paralisação dos processos de regularização fundiária, o deslocamento forçado de seus territórios ancestrais, dentre outros, mas afetam profunda-

mente os modos de vida da população local e dos povos indígenas, novamente invadidos como há 500 anos.

Os principais impactos denunciados pela população de Salgueiro e Cabrobó do estado de Pernambuco, que receberam as obras com grande expectativa e entusiasmo são: desemprego e perda do direito a aposentadoria rural em consequência do emprego temporário e com carteira assinada nas obras, desestruturação da cadeia produtiva na agricultura, endividamento das famílias, aumento do custo de vida e especulação imobiliária, falta de estrutura para receber o contingente de operários (saúde, educação etc.), indenizações de valor irrisório para quem foi desapropriado na área dos canais e dificuldade em regularizar as propriedades para receber a indenização. Apesar das obras, estes municípios continuam sendo abastecidos com carros pipas.

As indígenas que são afetadas pelas grandes obras nos relataram os sérios impactos sociais, gerados principalmente pelo deslocamento da massa de trabalhadores vindos com as promessas de emprego e na "ilusão" do desenvolvimento. Trata-se de contingentes de milhares de homens, sem suas famílias, provenientes de outras regiões e por estadia temporânea – pois não há mão de obra local qualificada.

As mulheres indígenas denunciam que são afetadas por problemas como: a inserção do crack no tráfico de drogas, o aumento da violência de forma geral, o aumento dos estupros e da exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes, além do aumento do número de mães solteiras. A região, que já apresentava altos índices de violência gerados pelo plantio e o tráfico da maconha, vê-se ainda mais afetada pela inserção do crack e a utilização da droga principalmente pelos jovens. Se as bebidas alcoólicas foram apontadas como um dos agravantes da violência nas aldeias indígenas e da violência doméstica contra as mulheres, o crack tornou a questão ainda mais séria e preocupante. Nesse contexto é

comum que também as mulheres indígenas se tornem dependentes da droga e o grau de vulnerabilidade social das famílias, desta forma, vai se agravando.

> Antes era a maconha, depois foi a cocaína, agora é o crack, que pegou muita gente. Aqui nesta escola (na área indígena), têm umas crianças cujas mães usam crack. Um aluno, que estava com problemas na escola, me falou: 'Professora, você nem sabe o que está acontecendo na minha casa'. Depois descobrimos que a mãe dele é usuária de crack, era uma mãe de família, que cuidava dos seus filhos direitinho. Hoje você olha para ela, é triste você ver a situação daquela mãe, não toma banho, vendeu tudo o que tinha para comprar crack, não cuida dos filhos para usar a droga. O pessoal começa a emagrecer, começa a andar sujo, começa a se prostituir. (Professora Sônia Truká / Cimi, 2011, p. 44)

Mas não é apenas o crack que gera violência. Os relatos apontam o aumento de casos de violência sexual contra as mulheres nas cidades, afetando consequentemente as mulheres indígenas. Da mesma forma aumentaram os números de mulheres que se prostituem e os casos de abusos e exploração sexual de menores, tanto nos municípios quanto nas aldeias indígenas. Além disso, também é importante mencionar o alto número mães solteiras, devido a rotatividade dos trabalhadores que permanecem por curtos períodos no local de trabalho.

As mulheres indígenas, geralmente responsáveis pela educação diária dos filhos, enfrentam o aumento do estresse gerado pela constante ameaça dos filhos serem vítimas da violência ou se tornarem usuários da droga; ou então das filhas serem exploradas sexualmente e vítimas de violência sexual:

> Essas obras trazem muitos homens de fora, que ficam ali alojados na cidade. Nós temos muitos adolescentes, meninos e meninas, que vão estudar na cidade. Acaba que o que tem muito é a história da prostituição, e a droga. O crack, por exemplo, não existia, acontece morte, estupro, a gente teme muito, tenho filhos jovens que estudam fora. Tenho muito medo. (Mulheres Truká durante o encontro de mulheres indígenas, território Kapinawá, setembro de 2011)

Os impactos gerados pelo deslocamento de grandes massas de trabalhadores não são novidade para os governos, pelo contrário, são impactos que comumente acometem as localidades que recebem tais empreendimentos. Porém, o governo não desenvolve medidas educativas, de assistência social e coercitivas eficazes para a prevenção e o controle destes problemas. Como vimos, está se dando um processo de desestruturação social nos municípios e aldeias, sem perspectivas de solução pelo momento, que afeta principalmente a componente mais vulnerável que são as mulheres.

Mapa 4 – Grandes Empreendimentos e impactos em Terras Indígenas (PE) (Fonte: ANDRADE; CAVALCENTE; MENDONÇA, 2012, p. 8)

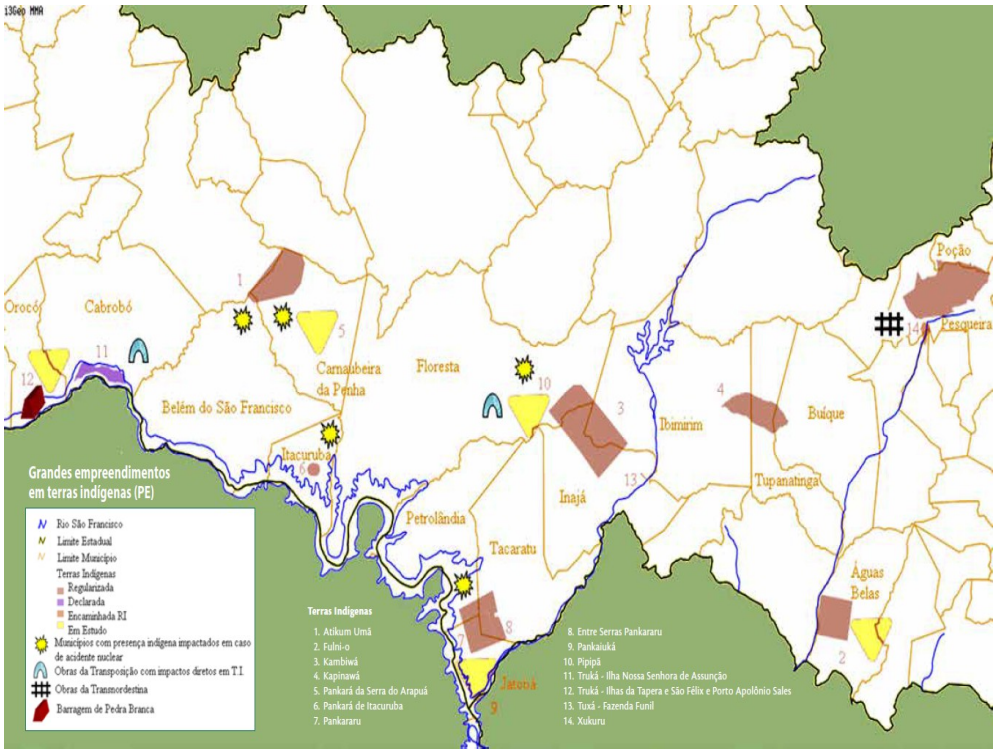


TABELA 4 – Grandes Obras e Impactos em Terras Indígenas – PE

Terra Indígena	Localização (município)	Situação Fundiária	Obra	Impactos
Atikum	Carnaubeira da Penha e Salgueiro	Homologada	Usina	Região afetada em caso de acidente nuclear
Fulni-ô	Águas Belas	Dominio Indígena em revisão	Adutora	Aproveitamento de recursos hídricos em terra indígena
Kambiwá	Inajá, Ibimirim e	Homologada	Usina nuclear	Região afetada em caso de acidente nuclear

	Floresta		Transposição	O eixo leste da transposição passa a poucos quilômetros da Serra Negra
			Construção da BR 110 (Década de 70)	Assaltos constantes
Pankará da Serra do Arapuá	Carnaubeira da Penha	Em Identificação	Usina Nuclear	Região afetada em caso de acidente nuclear
Pankará de Itacuruba	Itacuruba	-	Usina Nuclear	Região afetada em caso de acidente nuclear Construção de estrada que corta o território para dar acesso ao local de onde será a Usina Nuclear
Pankararu	Petrolândia, Jatobá e Tacaratu	Homologada	Usina Nuclear Construção da Barragem de Itaparica (1988)	Região afetada em caso de acidente nuclear Inundou parte do território tradicional e dificultou a demarcação de suas terras
Entre Serras Pankararu	Petrolândia e Tacaratu	Homologada		
Pipipã	Floresta	Em Identificação	Transposição	Canal do eixo leste cortando o território Demora no processo de regularização fundiária do território
			Usina Nuclear	Região afetada em caso de acidente nuclear
Truká - Ilha Nossa Senhora de Assunção	Cabrobó	Declarada/ Em Identificação	Transposição	Obras do eixo norte e ponto de captação das águas do Rio São Francisco Demora no processo de regularização fundiária do território
			Barra-	Construção das bar-

			ge m de Pe-dra Br an-ca e Ria cho sec o	ragens atinge o território indíge-na
Truká - Ilhas da Tapera e São Félix e Porto Apolônio Sales	Orocó	Em Identifi-cação	Bar ragem de Pe-dra Branca	Terão que ser realoca-dos – a Ilha da Tapera será inundada
			Bar ragem de Ria-cho Seco	Construção da barra-gem atinge território indígena
Tuxá - Fazenda Funil	Inajá	Adquirida /CHESF	Constru ção da Bar ragem de Ita-parica (1988)	Tiveram que ser realo-cados na Fazenda Fu-nil/Inajá/PE, pois a Ilha da Viúva/Rodelas/BA foi inundada
Xukuru	Pesqueira	Homologada	Trans-nordes-tina Adutora	A Transnordestina passa a cerca de 100 metros da área indíge-na, próximo a aldeia Guarda em um núcleo de moradia chamado Canaã Aproveitamento de re-cursos hídrico em terra indígena

II. Desenvolvimento a qualquer custo: as grandes obras e a vio-lação dos direitos indígenas

Porém, como demonstramos ao longo de todo este artigo, esses direitos vêm sendo sistematicamente desrespeitados com a construção das grandes obras que buscam beneficiar uma parcela da população que historicamente sempre lucrou com a violação dos direitos indígenas: os ruralistas. Segundo a Convenção da OIT, os povos indígenas teriam direitos que vão desde "escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual", como garante o Art. N°7, até o direito a consulta prévia, livre e informada às suas organizações representativas "cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente", conforme consta no Art. N°6.

> Art n°6 - "1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente (...)"
>
> Art n°7 " Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente."

Além da falta de consulta previa as comunidades atingidas, o caso do projeto de transposição apresenta inúmeras ilegalidades e irre-

gularidades que deram origem a mais de 15 ações judiciais que contestam o projeto e ainda estão a espera de julgamento no Supremo Tribunal Federal. Elas se referem a aspectos diversos do projeto como a insuficiência dos estudos de impacto ambiental, as ilegalidades no processo de licenciamento ambiental, a falta de anuência do Congresso Nacional etc. Ao implementar a obra nos territórios indígenas o governo fere a Carta Magna do país, violando os direitos territoriais consagrados no artigo 231. A não-demarcação das terras indígenas na área de impacto das obras, se dá pelo fato da Constituição prever que para o aproveitamento de recursos hídricos em terra indígena é necessário a aprovação do Congresso Nacional, o que torna a transposição inconstitucional (TOMAZ, 2009).

Apesar das denúncias nacionais e internacionais feitas pelos povos e organizações, dos pronunciamentos das organizações internacionais como o da OIT de março de 2009, o governo brasileiro não tem interesse no diálogo com as populações tradicionais e no cumprimento dos tratados e convenções internacionais assinados. Ao contrário, tem como prioridade um modelo de desenvolvimento elitista e excludente, que está sendo implementado literalmente "a qualquer custo". Estes custos são pagos principalmente pelas diversas comunidades tradicionais do país, entre elas os povos indígenas, que ainda hoje lutam pela afirmação e respeito de suas formas de vida e seus projetos de futuro.

Grande parte das obras que impactam os territórios indígenas estão sendo implementadas no desrespeito não só do direito internacional, mas também da Constituição de 1988, da legislação indigenista e ambiental brasileira, em processos repletos de irregularidades e violações. Nesta conjuntura os povos indígenas brasileiros, mas uma vez, reafirmam a importância da legalidade e da defesa e efetivação dos direitos conquistados. Bem longe de esgotar ou arquivar a divida histórica com

os povos originários, os indígenas brasileiros nos norteiam rumo a uma sociedade realmente intercultural, pluriétnica e mais justa

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Atlas Nordeste**: abastecimento urbano de água – resumo executivo: alternativas de oferta de água para as sedes municipais da região Nordeste do Brasil e do norte de Minas Gerais. Brasília: ANA, SPR–Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos. 2006.

ALMEIDA, Eliene(ORGs) et al. **Mulheres Indígenas em Pernambuco**, primeiros movimentos. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, dezembro de 2008.

ANDRADE, Lara Erendira; CAVALCANTE, Heloisa; MENDONÇA, Caroline (ORGs). Guerreiras – a força da mulher indígena. In: **Guerreiras – a força da mulher indígena**. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire, dezembro de 2012.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Semiárido**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105 >. Acesso em: maio de 2013.

COSTA, Heitor Scalambrini. **Energia nuclear: por que tanta insistência?** Disponível em: <http://antinuclearbr.blogspot.com.br/2012/10/energia-nuclear-por-que-tanta.html>. Acesso em: maio de 2013.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Eduardo descarta saída de Damázio e tranquiliza população sobre usina nuclear. **Diário de Pernambuco**, Petrolina, 17 de mar. de 2011. Disponível em: <http://www.old.diariodepernambuco.com.br/nota.asp?materia=20110317103718>. Acesso em: maio de 2013.

JORNAL NACIONAL**. Atrasos quase dobram custo da obra de transposição do Rio São Francisco**. Jornal Nacional, 26 de nov. de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/11/obra-que-poderia-aliviar-efeitos-da-seca-no-ne-esta-atrasada-e-mais-cara.html> Acesso em: maio de 2013.

LACERDA, Rosane. **Os Povos Indígenas e a Constituinte** – 1987/1988. Brasília: CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 2008.

LINS, Letícia. Transposição do São Francisco não rende ainda uma gota d'água. O Globo, 27 de abr. de 2013. Disponível em: <http://oglobo.glo-

bo.com/pais/transposicao-do-sao-francisco-nao-rende-ainda-uma-gota-dagua-8233315>. Acesso em: maio de 2013.

MARQUES, Juracy (org.). **Ecologias do São Francisco**. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 2006.

MENDES FILHO, Otto Cabral; SANTOS, José Roberto Saraiva dos. **RELATÓRIO DE ANALISE DE IMPACTOS SOCIAÍS DAS GRANDES OBRAS EM TERRAS INDÍGENAS**. Recife: Conselho Indigenista Missionário, 2011.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Projeto de Transposição na íntegra**. Brasília: MI. Disponível em: <www.integracao.gov.br/saofrancisco>. Acesso em: 2009.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Relatório de Impacto Ambiental-Rima**: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília: Ministério da Integração Nacional, julho de 2004.

NEVES, Lino João de Oliveira. Olhos Mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. In: *Santos*, *Boaventura* de Sousa(org). **Reconhecer Para Libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOSSA, Leonencio. Usina nuclear no sertão ameaça índios pankarás. **Jornal Estadão**, 15 de jul. de 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,usina-nuclear-no-sertao-ameaca-indios-pankaras-,900360,0.htm>. Acesso em: agosto de 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco (org). Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In__: **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.

SALOMON, Marta. Transposição do Rio São Francisco esbarra em preço da tarifa de água. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 de dez. de 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,transposicao-do-rio-sao-francisco-esbarra-em-preco-da-tarifa-de-agua,816577,0.htm>. Acesso em: maio de 2013.

SEGATO, Rita Laura. **Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/outros/Acoes%20para%20mulheres%20indigenas.pdf>. Acesso em: 06/10/2012.

SUASSUNA, João. **Caravana do São Francisco: revelando uma mentira histórica**. 2007a. Disponível em: <http://www.remaatlantico.org/Members/suassuna/artigos/caravana-do-sao-francisco-revelando-uma-mentira-historica/>. Acesso em: agosto de 2012.

_____. **Transposição do São Francisco: Reféns do equívoco**. 2007b. Disponível em:<http://www.remaatlantico.org/Members/suassuna/artigos/transposicao-do-sao-francisco-refens-do-equivoco/>. Acesso em: agosto de 2012

TOMAZ, Alzeni et al. **Relatório de Denúncia** – povos indígenas impactados com a Transposição do Rio São Francisco. Paulo Afonso: CIMI, APOINME, CPP, NECTAS/UNEB, AATR. 2009.

VILLELA, Adriano. Bahia na disputa por usina. **Tribuna da Bahia**, Bahia, 15 de jun. 2011. Disponível em: <http://www.onordeste.com/blogs/index.php?titulo=Bahia%20na%20disputa%20por%20usina&notid=5244&id_user=10 >. Acesso em: maio de 2013.

Artigo recebido para publicação em:

16 de maio de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

31 de outubro de 2013.

Como citar este artigo:
MENDONÇA, Caroline Farias Leal [et al]. «**Povos Indígenas e Conflitos Socioambientais: os Impactos das Grandes Obras em Pernambuco**». In: Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvi-mento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. especial , p. 101-134, 2013.